

PROJETO DE LEI Nº 24/2009

Declara de Utilidade Pública a “Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna”.

A Câmara Municipal de Itaúna, por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a “**Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna**”, entidade sem fins lucrativos fundada em 22 de agosto de 2006, conforme consta de registro sob o nº 14039, livro A-X, às folhas 159, do Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, inscrita no CNPJ sob o nº 08.389.714/0001-45, com sede e foro nesta Comarca de Itaúna, Estado de Minas Gerais, situada na Rua 10, nº 69, Bairro Santa Edwiges.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2009

Márcio José Bernardes
Vereador

JUSTIFICATIVA

A Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna foi fundada em 22 de agosto de 2006, com a finalidade de promover, apoiar, coordenar e orientar toda iniciativa que vise ao desenvolvimento social dos cidadãos portadores de deficiência física.

A entidade visa promover a integração dos deficientes entre si e com a comunidade, por meio da conscientização de suas potencialidades, direitos e deveres, com vistas ao seu progresso cultural, social e econômico. A Associação serve de elo entre os deficientes e o Poder Público na busca por melhorias de condições de mobilidade e de acessibilidade de seus associados, lutando pela adaptação estrutural de prédios e próprios públicos e pela conscientização da população em torno da situação dos portadores de deficiência física.

A Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna não tem fins lucrativos, e para exercer sua nobre missão, depende de doações de seus associados e da comunidade, motivo pelo qual peço o apoio dos demais vereadores para a aprovação do presente projeto de lei, para que o Poder Público possa contribuir com a manutenção das atividades dessa honrosa entidade.

Itaúna, 09 de março de 2009.

Márcio José Bernardes
Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
RELATÓRIO
AO PROJETO DE LEI Nº. 24/2009

Silvano Gomes Pinheiro

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 01 de abril de 2009, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 24/2009, de 09 de março de 2009, que declara de Utilidade Pública a “ Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna” de autoria do Exmo Sr Vereador Marcio José Bernardes, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

- Analisando o Projeto em questão verifica-se que o mesmo está instruído devidamente e encontra-se elaborado dentro da correta técnica Legislativa.

Após a consideração acima, passo a emissão da seguinte conclusão:

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após a análise da matéria em apreço, entendo que o Projeto de Lei é legal e não contraria nenhuma Norma Constitucional ou Infraconstitucional, estando apto a ser apreciado pelo Egrégio Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 2009.

Silvano Gomes Pinheiro

Relator da Comissão de Justiça e Redação

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
AO PROJETO DE LEI Nº. 24/2009**

Diante da análise, bem como, da emissão do Parecer exarado pelo nobre relator da Comissão de Justiça e Redação Vereador Silvano Gomes Pinheiro, ante o Projeto de Lei número 24/2009, que declara de Utilidade Pública a “Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna” **somos favoráveis ao Parecer, bem como, à apreciação do referido Projeto pelo Plenário desta Casa Legislativa, acompanhando o voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 02 de Abril de 2009.

Gleison Fernandes de Faria
Presidente

Lucimar Nunes Nogueira
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Edio Gonçalves Pinto, nomeia o vereador Delmo Gonçalves Barbosa para atuar como relator na apreciação do Projeto de Lei 24/2009, de autoria do vereador Márcio José Bernardes, que “Declara de utilidade pública a Associação das Pessoas Deficientes Físicas de Itaúna e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2009.

Edio Gonçalves Pinto
Presidente

RELATÓRIO

O supramencionado Projeto de Lei, recebido por esta comissão em 13 de abril de 2009, na ótica do relator da Comissão de Finanças e Orçamento, está em conformidade quanto à Legislação em vigor e apto a ser apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 2009.

Delmo Gonçalves Barbosa
Relator

Acompanham o voto do Relator os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento.

Edio Gonçalves Pinto
Membro / Presidente

Gleison Fernandes de Faria
Membro